

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA FORENSE NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Jhenis Vitória Cassia da Silva

Katia de Medeiros Penna

RESUMO: O presente trabalho analisa as contribuições da psicologia forense na investigação criminal, destacando a relevância do psicólogo forense na compreensão do comportamento humano e na busca pela verdade real. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em obras que abordam a relação entre Psicologia e Direito. Evidenciando a importância do conhecimento psicológico no contexto jurídico. O estudo discute aspectos teóricos, históricos e éticos da atuação do psicólogo forense, enfatizando a imparcialidade e o compromisso com a dignidade humana. Aborda-se também o papel desse profissional nas práticas periciais, na elaboração de laudos e pareceres técnicos que auxiliam na tomada de decisões judiciais e na elucidação de crimes. Os resultados indicam que a Psicologia Forense contribui significativamente para um processo penal mais justo e técnico, ao permitir a compreensão dos fatores psíquicos e sociais relacionados ao comportamento criminoso. Conclui-se que essa ciência é essencial para a efetivação da justiça e para a promoção de uma sociedade mais ética e humanizada.

Palavras-chave: Psicologia Forense; Investigação Criminal; Avaliação Psicológica.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Forense ocupa posição de destaque entre as áreas que relacionam o conhecimento psicológico ao sistema judiciário. Em um contexto social cada vez mais complexo, o entendimento do comportamento humano tornou-se indispensável para a análise de condutas criminosas e para o julgamento justo dos indivíduos. Chalub e Telles (2006) destacam que a Psicologia Forense representa a aplicação prática da ciência psicológica em situações legais, permitindo ao psicólogo atuar como mediador entre o saber científico e a prática jurídica.

O interesse pela Psicologia Forense surgiu da necessidade de compreender as motivações internas que levam um indivíduo à prática do crime. Freud (1923) foi pioneiro ao propor que o comportamento delituoso poderia expressar impulsos inconscientes e conflitos psíquicos não resolvidos. Com base nessa perspectiva, a Psicologia Forense ampliou sua atuação, incorporando diferentes abordagens teóricas para compreender o comportamento criminoso sob múltiplas dimensões – psicológica, social e ética.

De acordo com Estefam e Taborda (2012), o psicólogo forense atua em várias fases do sistema de justiça, ajudando na avaliação da responsabilização penal, no exame do estado mental do acusado e na elaboração de pareceres técnicos que apoiam decisões mais justas e objetivas. Canter (2004) acrescenta que a Psicologia Forense também tem um papel importante nas investigações criminais, colaborando com as forças policiais e judiciais na identificação de padrões de comportamento e na compreensão das motivações psicológicas.

Ribeiro (2019) observa que a Psicologia Forense tem ganhado espaço nas últimas décadas, especialmente diante da necessidade de humanizar o sistema penal e fundamentar as decisões em critérios científicos. A atuação do psicólogo forense tornou-se indispensável para compreender os fatores psíquicos

que influenciam o delito, permitindo uma análise que vai além da mera punição e busca entender as origens e os significados do ato delitivo.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições da Psicologia Forense na investigação criminal, ressaltando sua importância para a compreensão da mente criminoso e para o fortalecimento da justiça. Além disso, buscam-se, como objetivos específicos, discutir as principais funções e responsabilidades do psicólogo forense no contexto da investigação criminal, identificar os métodos utilizados na avaliação do acusado e refletir sobre a relevância ética e social dessa atuação no sistema jurídico.

Parte-se da hipótese de que a Psicologia Forense, ao oferecer instrumentos científicos de análise do comportamento humano, contribui significativamente para o esclarecimento dos fatos e para julgamentos mais justos.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de compreender o papel do psicólogo forense como mediador entre a ciência e a justiça, contribuindo para um sistema mais humano e comprometido com a verdade real.

Desta forma, este estudo busca reforçar a importância da Psicologia Forense como campo essencial para o aprimoramento das práticas investigativas, promovendo uma integração afetiva entre o saber psicológico e o sistema de justiça na busca pela verdade e pela equidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da Psicologia Forense na investigação criminal, destacando a importância da atuação do psicólogo forense na compreensão psicológica do acusado. Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, uma vez que o estudo buscou compreender fenômenos humanos a partir de fontes teóricas já existentes, sem a realização de experimentos ou coleta de dados empíricos.

A pesquisa foi desenvolvida com base em materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, legislações e documentos técnicos relacionados à Psicologia Forense e à Investigação criminal. A seleção das Fontes foi feita de forma criteriosa em bases de dados acadêmicos, como Scielo, PepPsic e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como Psicologia Forense, investigação criminal, perfil psicológico, o acusado e comportamento delituoso.

O procedimento metodológico envolveu três etapas principais. Na primeira, realizou-se o levantamento bibliográfico, buscando materiais atuais e pertinentes ao tema. Na segunda, procedeu-se à leitura e à análise crítica das obras selecionadas, identificando as principais ideias e contribuições sobre o papel do psicólogo forense na investigação criminal. Por fim, na terceira etapa, as informações obtidas foram organizadas e interpretadas segundo a análise de conteúdo proposta por Minayo (2014), com intuito de compreender o significado das ideias apresentadas pelos autores e relacioná-las aos objetivos da pesquisa.

Durante todo o processo foram observados os critérios éticos da pesquisa acadêmica, garantindo o uso adequado das Fontes, a citação dos autores consultados e o respeito aos direitos intelectuais. Os recursos utilizados se restringiram ao acesso a materiais bibliográficos e digitais disponíveis em bases científicas.

Dessa forma, a metodologia adotada proporcionou um percurso científico fundamentado, assegurando consistência teórica e validade acadêmica ao estudo. O enfoque qualitativo e bibliográfico permitiu aprofundar a reflexão sobre as contribuições da Psicologia Forense para a investigação criminal, oferecendo uma visão crítica e interdisciplinar acerca da atuação do psicólogo no contexto jurídico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa bibliográfica evidenciam que a Psicologia Forense exerce papel essencial na compreensão do comportamento do acusado, contribuindo diretamente para o processo investigativo e para a administração da justiça. A análise das obras consultadas permite identificar que o psicólogo forense atua como mediador entre o conhecimento científico e o sistema jurídico, auxiliando na interpretação das ações humanas em contextos criminais. Chalub e Telles (2006) ressaltam que o trabalho do psicólogo forense é compreender as dinâmicas psíquicas e emocionais do acusado sem julgamentos morais, oferecendo subsídios técnicos que orientam as decisões judiciais.

A literatura aponta que a contribuição mais significativa da psicologia forense está na avaliação psicológica e na construção do perfil do acusado. Canter (2004) e Garrido (2006) destacam que o estudo dos padrões comportamentais permite compreender as motivações inconscientes e as características da personalidade que orientam o comportamento delituoso. Essa análise possibilita ao sistema de justiça distinguir entre ações intencionais e atos resultantes de impulsos inconscientes, o que tem impacto direto na determinação da responsabilidade penal e na escolha de medidas judiciais adequadas.

Outro resultado relevante diz respeito à importância da ética e da imparcialidade na atuação do psicólogo forense. Ribeiro (2019) e Alho (2018) enfatizam que o profissional deve manter postura neutra, fundamentando seus pareceres em evidências científicas. O respeito ao sigilo profissional e à dignidade do acusado são princípios fundamentais para garantir a credibilidade das avaliações psicológicas. A ética, portanto, não é apenas uma exigência formal, mas um elemento que assegura a legitimidade da Psicologia Forense dentro do sistema jurídico.

Além disso, a análise bibliográfica revelou que a compreensão da mente do acusado é um fator determinante para a efetividade da investigação. Ao considerar as dimensões psíquicas, o psicólogo forense oferece uma visão mais ampla e humana do acusado, permitindo que o processo judicial vá além da punição e inclua também aspectos de reabilitação e reintegração social.

Os resultados também mostram que o desafio atual da psicologia forense é consolidar sua prática científica no Brasil, ampliando o diálogo entre psicólogos e operadores do Direito. Bueno (2021) argumenta que o fortalecimento dessa integração é essencial para garantir que as avaliações psicológicas sejam devidamente valorizadas nas decisões judiciais. O campo ainda demanda padronização de métodos, maior investimento em formação profissional e ampliação de pesquisas que abordem o comportamento do acusado em diferentes contextos sociais.

Por fim, a discussão teórica demonstra que a Psicologia Forense não deve ser vista apenas como um instrumento auxiliar do Direito, mas como um campo de conhecimento autônomo, com metodologia ética e objetivos próprios ao compreender o acusado como sujeito psíquico e social. A Psicologia Forense reafirma seu compromisso com a verdade científica e com a humanização da justiça. Assim, o diálogo entre ciência e leis se torna um caminho promissor para uma prática jurídica mais consciente e justa e humanitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender as contribuições da Psicologia Forense na investigação criminal com ênfase na análise psicológica do acusado. A partir da revisão bibliográfica realizada constatou-se que a Psicologia Forense constitui uma área essencial na interface entre Psicologia e Direito, oferecendo instrumentos teóricos e técnicos que auxiliam na interpretação do comportamento humano em contextos criminais

Verificou-se que o psicólogo forense desempenha um papel indispensável na compreensão das motivações, da mente e do comportamento do acusado, atuando com base em princípios éticos e científicos. Sua intervenção contribui não apenas para o esclarecimento de fatos, mas também para a construção de uma Justiça mais humanizada, que considera as condições psíquicas e sociais do indivíduo. A prática forense, quando realizada com rigor metodológico, fortalece o sistema de justiça e amplia o campo de atuação do psicólogo.

Os resultados também mostraram que os principais desafios da Psicologia Forense no Brasil envolvem a necessidade de padronização de metodologias, fortalecimento da formação profissional e reconhecimento institucional, pois o avanço da área depende da consolidação de práticas éticas e científicas que garantam a credibilidade das avaliações psicológicas e promovam o respeito à dignidade do acusado.

Conclui-se, portanto, que a Psicologia Forense é uma ciência indispensável para o desenvolvimento de uma justiça mais crítica, técnica e empática. Ao compreender o acusado em sua complexidade, o psicólogo forense contribui para que as decisões judiciais se aproximem da verdade psicológica e social equilibrando os princípios de punição e reabilitação. Assim, este estudo reforça a importância da psicologia forense como mediadora entre ciência, ética e justiça.

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo. **A prática forense e o comportamento criminal**: novas perspectivas psicológicas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

CANTER, David. **Investigative Psychology**: Offender Profiling and the Analysis of Criminal Action. Chichester: Wiley, 2004.

CHALUB, Miguel; TELLES, Lígia. **Psiquiatria Forense**: fundamentos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESTEFAM, André; TABORDA, José. **Manual de Psicologia e Psiquiatria Forense**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GARRIDO, Vicente. **Psicología Criminal**: una introducción a sus fundamentos. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Psicologia Forense e Justiça Criminal**: a interface entre ciência e lei. São Paulo: Vetor, 2019.